

Itamar conclui projeto para dívidas estaduais

ESTADO DE SÃO PAULO

10 JAN 1993

Renegociação de débitos de US\$ 49 bilhões está no centro das negociações do pacto e pode ajudar aprovação do ajuste fiscal no Congresso

BRASÍLIA

O presidente Itamar Franco concluiu ontem com o ministro do Planejamento e da Fazenda, Paulo Haddad, o projeto de lei que trata da rolagem da dívida dos Estados e Municípios com a União que será enviado terça-feira ao Congresso, em cerimônia no Planalto com participação dos governadores e secretários estaduais da Fazenda. De acordo com o projeto, débitos de US\$ 49 bilhões serão refinanciados em 20 anos, com mais dez anos de carência, mas a renegociação será calculada apenas sobre US\$ 30 bilhões.

A reunião que definiu o assunto durou três horas e contou também com as presenças do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, e do secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal. O ministro do Planejamento, Paulo Haddad, vai se reunir na próxima terça-feira com os secretários estaduais da Fazenda para discutir o assunto. A renegociação da dívida dos Estados e Municípios é um dos pontos principais das discussões em torno de um pacto entre o governo Itamar e os partidos. Há pressões para que Itamar negocie um tratamento mais generoso com os Estados em troca da aprovação, pelo Congresso, do projeto de ajuste fiscal do governo.

Garantias — Os contratos que são renegociados se referem a toda a dívida contratual dos Estados e municípios com as instituições federais de crédito, entre elas, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Essa dívida contratual é de US\$ 18,4 bilhões. A dívida mobiliária, composta por letras dos tesouros

estaduais, é de US\$ 10,5 bilhões. A dívida externa, com aval da União, soma mais US\$ 10,7 bilhões. As operações de antecipação de receita orçamentária chegam a US\$ 287 milhões. Há ainda débitos de US\$ 9 bilhões relativos a contas atrasadas.

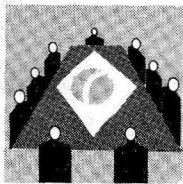
Pela primeira vez, a União incluirá no projeto a exigência de garantias para obrigar os Estados a honrar seus compromissos. A lei 8.388/89, que disciplinava o assunto, não deu tratamento diferenciado às dívidas e também não previu que a União pudesse lançar mão de garantias para executar os devedores. O novo projeto estabelece quatro tipos de garantias: emissão pelos Estados de títulos públicos para pagamento de impostos estaduais, bloqueio do Fundo de Participação dos Estados e

Municípios, confisco da receita própria dos Estados (idéia que depende de mudança na Constituição) e de bens imóveis.

Outra diferença em relação à legislação anterior é que agora os Estados terão que pagar a dívida em prestações mensais e não trimestrais. Os devedores poderão comprometer somente até 15% de suas receitas líquidas com o pagamento da dívida. No fim do prazo de 20 anos, se houver saldo devedor, a dívida será refinanciada por mais dez. Os Estados que pagaram em dia até setembro de 91, com base na legislação anterior, poderão descontar o que já pagaram no novo refinanciamento. Incluem-se neste caso os Estados do Ceará, Santa Catarina e Espírito Santo. Dentro de um mês, o governo enviará ao Congresso um projeto tratando exclusivamente do refinanciamento da dívida do setor elétrico.

Diferente — O líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE) disse ontem que a primeira fase do "pacto de governabilidade" proposto pelo Palácio do Planalto é uma tentativa de restaurar a credibilidade da sociedade no Estado, abalada pelo caso PC Farias e o governo Collor. "A reunião de sexta-feira faz as pessoas olharem o governo de forma diferente", acha Freire.

A disposição dos partidos políticos para dialogar com o Executivo será o ponto de partida para a "busca do consenso", disse Freire. Ele afirmou que o governo não vai apresentar aos participantes do pacto "nenhum tema específico" ou "solução milagrosa". E explicou: "Vamos apenas tentar aprovar, daqui para frente, a pauta já prevista na convocação extraordinária do Congresso". O ajuste fiscal é o item principal da pauta.



Vidal Cavalcanti/AE—5/10/92



Haddad

Reunião com secretários estaduais da Fazenda